



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER PARA O 1º TURNO DE VOTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DE LEI ORDINÁRIA Nº 017/2017.

Relatório

Trata-se da PROPOSIÇÃO DE LEI ORDINÁRIA Nº 017/2017, de autoria da Mesa Diretora desta Câmara, que *“Altera a Lei Municipal nº 1.896, de 04 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Carmo do Paranaíba e dá outras providências”*.

Publicado no site oficial do Poder Legislativo carmense no dia 23 de março de 2017, o projeto foi distribuído a esta Comissão para ser analisado quanto aos aspectos constitucionais e legais. Conforme artigo 154 inciso II do Regimento Interno da Câmara.

Fundamentação

Quanto aos aspectos legais, esta Comissão está ampara pelo inciso XVI do art. 67, da Lei Orgânica Municipal, onde compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município especificamente em questão da organização urbanística e, logo após, possam ser executadas em benefício da sociedade e do município de Carmo do Paranaíba.

Ademais esta proposição atende a Resolução 302, de 18 de Dezembro de 2008, que define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamento específico de veículos. Especificamente os Artigos 1º e 2º inciso VII. Além da Lei Federal 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que institui o código de trânsito Brasileiro, especialmente no artigo 24 inciso II e III.

Ainda há que ressaltar a falta de regulamentação Municipal para atender a demanda em dois aspectos. Onde o primeiro se trata da logística do fornecedor as farmácias do Município, que precisam estacionar em sua proximidade para entregar medicamentos para que nossas farmácias os comercializem. Segundo o cidadão carmense que precisa estacionar ali seu veículo para entrar na farmácia e adquirir o medicamento necessário a sua demanda.

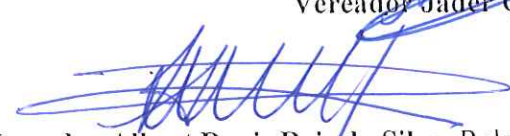
Assim poder-se-á padronizar local e tempo de estacionamento para uso do fornecedor e clientes das farmácias Carmenses.

Conclusão

Pelos motivos expostos, esta Comissão opina pela legalidade e constitucionalidade da Proposição de Lei Ordinária nº 017/2017 e sugere a sua aprovação, em primeiro turno.

Sala das Sessões, 27 de março de 2017.


Vereador Vitor Quintino Alves, Presidente;


Vereador Albert Denis Reis da Silva, Relator; Vereador Haroldo José de Andrade, Membro.